

MULHERES NEGRAS GÊNERO, RAÇA, RELIGIOSIDADE: INTERSECCIONALIDADE

Juliana de Castro Braz [Discente de Administração]; Rosy Mary Santos [Especialista em Políticas Públicas]; Luiz Felipe Fernandes [Pos Doutor em Antropologia]

*Universidade do Estado da Bahia-UNEB
Universidade Federal da Bahia- UFBA
Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher- NEIM*

*opacastro2016@gmail.com; rosymaryblack@gmail.com; rosyраста@yahoo.com.br;
fernandes.felipebruno@gmail.com*

Resumo: Contextualizar o histórico das mulheres negras no Brasil é falar de várias formas de violências alinhadas a situação de vulnerabilidade, fruto de um sistema colonial, patriarcal, heteronormativo e o cristianismo como crença universal. A desigualdade de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil, neste trabalho faremos uma reflexão a respeito das mulheres negras sob uma perspectiva interseccional, afim de fazer uma conexão desse fatores com o posicionamento na mulher negra dentro da religião, dando destaque as religiões de matriz africana, aonde as mulheres ocupam aproximadamente grande parte dos cargos de liderança, proporcionado empoderamento e invertendo a logica do sistema patriarcal.

Palavras Chaves: mulheres negras, religiosidade, intolerância religiosa, gênero e raça.

Falar de Mulher Negra no Brasil é falar de uma historia de exclusão onde as variáveis sexismo, racismo e pobreza são estruturantes. É sobre essa mulher que recai todo o peso da herança colonial, onde o sistema patriarcal apoia-se solidamente com a herança do sistema escravista.

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. No caso delas, a discriminação é dupla, de gênero e raça. Muitas são submetidas a trabalhos precários, baixa remuneração, violência e abuso sexual, além do abandono que as obriga a assumirem sozinhas o sustento de suas famílias.

As mulheres negras são o principal alvo das praticas de intolerância religiosa. As religiões de matriz africana são espaços em que as mulheres negras estão em maior número, assumindo aproximadamente 90% dos cargos de liderança.

A intolerância religiosa nada mais é do que uma manifestação racista. Tanto a intolerância quanto ao racismo religioso que buscam impor uma religião sobre as outras, não considerando a liberdade de credo e culto. Os maiores efeitos dessa violência recaem sobre as mulheres de terreiro decorrente das agressões e ameaças essas mulheres tem sua religiosidade ultrajada, seus direitos a crença violados causando lhes auto estima baixa, a negação da

crença, o medo de usar os trajes e indumentárias típicas.

O estudo sobre religião é fundamental, pois mesmo com o processo de secularização pelo qual estamos passando, ela continua sendo uma das bases importantes para a (re)construção sociocultural da identidade do povo brasileiro. Em nosso país, o aspecto religioso sempre foi muito influenciador, e continua sendo. Quando há o cruzamento de religião e gênero, muito pode ser discutido. Quando aí se inserem questões étnicas e de classe, direitos humanos, mais questões surgem e, no universo das religiões afro-brasileiras, todos esses pontos estão entrelaçados.

A religião é, antes de tudo, uma construção sociocultural. Portanto, discutir religião é discutir transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero, de raça/etnia; é adentrar num complexo sistema de trocas simbólicas, de jogos de interesse, na dinâmica da oferta e da procura; é deparar-se com um sistema sociocultural permanentemente redesenhado que permanentemente redesenha as sociedades. Nas religiões afro-brasileiras, particularmente, o sexo feminino ocupa uma posição de maior destaque em comparação às outras religiões.

Portanto, desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres negras do Brasil.

Além disso, as desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social. Por isso, considerar as desigualdades que persistem para as mulheres, e para as mulheres negras em especial, que vivenciam as situações mais desfavoráveis dentre todos, significa tratar de elemento estrutural, cuja superação é imprescindível para a eliminação da enorme desigualdade social brasileira.

Para compreender melhor esse processo, voltemos ainda um pouco mais no tempo, para entender o que muitos autores chamam de matriarcado na religiosidade afro-brasileira. Verger fala que na sociedade nagô-iorubana (na África) um homem podia casar com até quatro mulheres, mas mesmo nessas circunstâncias, a mulher gozava de certa independência. Estas mulheres podem circular livremente e fazer os mercados das cidades vizinhas ou relativamente afastadas. Como são geralmente boas comerciantes, tornam-se, em pouco tempo, mais ricas do que o respectivo marido e muitas vezes, amealham fortunas consideráveis. O que, no entanto, não dispensa este da obrigação de assegurar a subsistência das suas mulheres e filhos (VERGER, 1992, p. 100).

O autor diz ainda que a influência das mulheres no candomblé se fazia sentir mais do que a dos homens, porque elas eram mais numerosas a poder comprar a sua liberdade (como eram boas comerciantes, conseguiam dinheiro com mais facilidade que os homens) e “uma vez emancipadas, elas podiam mais facilmente dispor do dinheiro necessário à prática dos cultos africanos” (Idem, p. 102).

O feminino no poder. Esse fato provoca estranhamento em nossos dias. Imaginem nos séculos XVIII e XIX, quando mulheres surgem na Bahia como

comerciantes, sacerdotisas, donas de engenho . O olhar para a multifacetada identidade social e cultural do Brasil passa necessariamente pelo pensamento sobre a intensa participação das diferentes expressões de religiosidade em sua composição e, nestas a presença capital das mulheres negras, sua contribuição primordial e protagonista na construção desta nação desde os seus tempos do legado escravocrata, dos seus tabuleiros, das lideranças no comércio local, todas contribuíram, como fazem até hoje para a educação, sociabilização e propagação de valores humanos fundamentais. No que diz respeito a devoção feminina, o mosaico formado pelas sacerdotisas das religiões de matrizes africanas, o das mães-de-santo, reveste-se de especial ênfase em razão do acervo histórico no qual sua atuação se deu e das múltiplas esferas sociais em que esta se inscreveu as práticas religiosas agregaram e mantiveram incontáveis agrupamentos afrodescendentes em torno dessas mulheres.

Trata-se de colocar em questão a perspectiva feminista clássica fundada numa concepção universalista de mulher, que tem o seu paradigma na mulher branca ocidental, o que obscurece a percepção das múltiplas contradições intragênero e entre gêneros que a racialidade aporta. Dessas contradições, impõem-se para as mulheres negras a sua afirmação como um novo sujeito político, portador de uma nova agenda, esta resultante de uma identidade específica na qual se articulam as variáveis de gênero, raça e classe, colocando novos e mais complexos desafios para realização da equidade de gênero e raça em nossa sociedade.

“SER MULHER E NEGRA NO BRASIL, REFLETIMOS E SER OBJETO DE TRIPLA DISCRIMINAÇÃO, UMA VEZ QUE os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão.”(Gonzalez,1982;97)

No desenvolvimento de uma sociedade em que a histórica exclusão das mulheres foi agravada por sua origem étnica e de classe, as afrodescendentes, além do exercício do sagrado, encontraram nos terreiros o lugar de afirmação de sua identidade como valor e como ser político, gestando ali, paulatinamente, sua cidadania e a legítima mudança social.

A criação dessas casas de candomblé foi fundamental para resgatar a identidade cultural negra, preservando a visão de mundo africana, suas figuras míticas(orixás), seus cantos e danças e a própria língua yorubá, fon, quimbundo, das diversas nações religiosas. Nessas manifestações místicas, ao contrário da religião católica, onde toda hierarquia religiosa é masculina, as mulheres têm funções muito importantes, tendo se tornado figuras nacionais algumas dessas iYalorixás da Bahia, como Mãe Aninha, Mãe Senhora e Mãe Menininha do Gantois, Mãe Hilda e Mãe Stella. A estrutura do candomblé é matriarcal e as deusas do culto são arquétipos que representam forças poderosas, independentes, sensuais, guerreiras.

Como podemos ver, são muitos fatores capazes de criar diferentes identidades, uns tendo maior impacto que outros na definição das condições de vida de pessoas e grupos, tanto no que se refere aos privilégios como, no outro extremo, à exclusão social. O que quer dizer também que maiores ou menores vulnerabilidades (ou seja, maior probabilidade de sofrer impactos – violências, discriminações e etc - da visão negativa

que estas identidades podem ter em determinadas sociedades) serão criadas a partir destas características, fazendo com que isolar uma delas em detrimento de sua interação torne a tarefa de realização integral dos direitos humanos individuais e coletivos mal sucedida.

Assim, tem grande utilidade nestes casos a utilização do conceito de interseccionalidade. Trata-se de um conceito que afirma a coexistência de diferentes fatores (vulnerabilidades, violências, discriminações), também chamados de eixos de subordinação, que acontecem de modo simultâneo na vida das pessoas. Desse modo, é um conceito que ajuda a compreender a complexidade da situação de indivíduos e grupos, como também a desenhar soluções mais adequadas.

A interseccionalidade corresponde ao encontro (intersecção) dos diferentes fatores na vida de cada mulher ou grupo de mulheres. O ponto central onde como se verifica na figura a seguir, a cor fica mais intensa, significa a interseccionalidade que produz a forma concreta como estes diferentes fatores agem sobre as pessoas em geral e as mulheres negras em particular.

Desde a perspectiva da interseccionalidade, é possível pesquisar e visibilizar a existência ou não de desvantagens produzidas pela sociedade desigual sobre as pessoas. No caso das mulheres negras, estas desvantagens podem ser resultantes das discriminações de raça/ ser negra; de gênero/ ser do sexo feminino; de classe social/ ser pobre, de moradia/ residir em favelas ou em áreas rurais afastadas; de idade/ ser jovem ou idosa. E podem-se somar à orientação sexual/ ser lésbica; à presença de deficiência ou não, e muito mais.

Um aspecto que a interseccionalidade permite destacar é a impossibilidade de, na elaboração e gestão de políticas para a equidade, se isolar ou privilegiar qualquer uma das características atuantes na vida de indivíduos e grupos, seja raça, gênero, classe social ou qualquer outro. O isolamento prejudica a percepção da complexidade, das correlações e das potencializações entre eles. O que, apesar de permitir a simplificação de diagnósticos e ações, termina não apenas excluindo pessoas e grupos, como principalmente, favorecendo, no interior destes grupos, àqueles sub-grupos em posição de privilégio.

Quando se isola os aspectos de gênero, e dentro deles, as mulheres, são as mulheres brancas que, de forma mais efetiva, terão suas necessidades atendidas. Uma vez que as vantagens que o racismo confere vão permitir às mulheres brancas o acesso privilegiado e bens e políticas, quando comparadas às mulheres negras, ou então, quando o fator que se quer destacar ou atender são os aspectos raciais e, dentro deles, a raça negra; as ações empreendidas com base somente na raça resultarão no atendimento privilegiado aos pontos de vista e necessidades dos homens negros em detrimento dos interesses das mulheres negras. Uma vez que o sexismo confere aos homens maior mobilidade e visibilidade diante das mulheres.

A utilização da perspectiva da interseccionalidade permite compreender e enfrentar de forma mais precisa a articulação entre as questões de gênero e raça, uma vez que estes não se desenvolvem de modo isolado nem afastam outros fatores passíveis de produzir desigualdade e injustiça da vida cotidiana das pessoas. E mais, a presença

concomitante de outros fatores potencializa os efeitos de ambos, bem como oferece as condições necessárias para que outras violações de direitos ou de criação de privilégios e desigualdades se instalem. Uma mulher negra. Sabemos que por causa do racismo e do sexismo, esta mulher terá muito mais chances de ter baixa escolaridade, se comparada as brancas e porque ela tem baixa escolaridade, tem mais chance de não conseguir um bom emprego. E aí ela tem mais chances de ser pobre. O que a torna mais vulnerável a doenças, à violência, etc. Assim, cada característica acaba fazendo com que outros fatores se instalem na vida dela, tornando sua vulnerabilidade a uma série de problemas, seja sociais, políticos ou pessoais infinitamente maior do que se fosse um homem branco.

Assim, ações, políticas e programas voltados para as mulheres negras devem necessariamente considerar a necessidade de enfrentar não apenas o racismo, racismo religioso, e o sexismo, como também as iniquidades decorrentes da pobreza, das diferenças culturais, das diferentes orientações sexuais e da lesbofobia, das necessidades específicas de cada pessoa, e demais fatores que interagem na vida destas mulheres específicas. Considerando sua capacidade de produzir e aprofundar vulnerabilidades, ou de fornecer elementos que permitam a elas o confronto cotidiano com as desvantagens vividas e a produção de estratégias de reafirmação de sua condição de agentes de resistência e mudança social.

A luta pela equidade de gênero deve estar presente em nossas ações cotidianas. Promover a igualdade, tanto de raça, quanto de gênero, é um compromisso de todas as pessoas que compreendem a importância de uma sociedade justa, oferecendo oportunidades iguais, mas acima de tudo, respeitando as diferenças.

REFERÊNCIAS

BAIROS, Luiza, Nossos Feminismos Revisitados. Revista Estudos feministas. N. 2/95, vol.3.1995

CARNEIRO, Sueli, Gênero, raça e ascensão social, Estudos feministas. vol-3, n2, p554-553

CARNEIRO, Sueli, Racismo e Desigualdade no Brasil: Selo Negro, 2011

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia, Cadernos Penesb, n5, p.15-34.2004

KERNER, I. Tudo é interseccional. Sobre a relação entre racismo e sexismo. Cebrap, 93, 2013.

GONZALEZ, L. Por Um feminismo afrolatinoamericano. Revista Isis Internacional, Vol IX, junho 1988. 133-141.

HCURIEL, O. Crítica pós colonial desde las prácticas políticas Del feminismo antirracista. Nómadas. 26, 92-101. 2007